

Psicodramas insurgentes

DEVANIR MERENGUÉ
YAN LEITE CHAPARRO
(orgs.)



PSICODRAMAS INSURGENTES

Copyright © 2026 by autores

Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**

Assistente editorial: **Marina Vitale**

Preparação: **César Carvalho**

Revisão: **Eliana Moura Estúdio Editorial |**

Kathia Gripp

Capa: **Alberto Mateus**

Projeto gráfico: **Crayon Editorial**

Diagramação: **Natalia Aranda**

Editora Ágora

Departamento editorial

Rua Itapicuru, 613 – 7º andar

05006-000 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-3322

<http://www.editoraagora.com.br>

e-mail: agora@editoraagora.com.br

Atendimento ao consumidor

Summus Editorial

Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado

Fone: (11) 3873-8638

e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

Sumário

Apresentação	7
1. A trama do cárcere brasileiro em um psicodrama crítico	11
<i>Pedro Oliveira</i>	
2. O psicodrama e a deriva pela cidade	27
<i>Ana Paula C. Scagliarini e Ana Paula de Freitas</i>	
3. Psicodrama e o chão que pisamos	45
<i>Yan Leite Chaparro</i>	
4. Psicodrama e branquitude: qual é o papel das pessoas brancas na luta antirracista?	53
<i>Daniel Russell Oliveira</i>	
5. Insurgências psicodramáticas: a presença negra no psicodrama brasileiro	65
<i>Maria Célia Malaquias</i>	
6. Socionomia poético-política: psicodrama e cultura popular em encontro	79
<i>Mariana Tornelli e Maria Inês Gandolfo Conceição</i>	
7. Duas histórias de separação e um acontecimento histórico: algumas considerações sobre o autoritarismo brasileiro	95
<i>Devanir Merengué</i>	
8. Forças mortíferas que fascinam: o psicodrama como campo vital de insurgência diante da normalização da extrema direita.	113
<i>Érico Vieira</i>	

9. Compreendendo o processo de ser humano: diálogos insurgentes com Moreno e Vigotski	129
<i>Luíza Maria Soares Barros</i>	
10. Psicoterapia de grupo na casa das pacientes: um retorno ao grupo real	145
<i>Alcione Ribeiro Dias e Socorro Andrade de Lima Pompilio</i>	
11. Descapitalizar a ansiedade para afetar-se de maneira alegre, inventiva e estelarmente cadente pela vida	161
<i>Laura de Souza Zingra Vomero</i>	
12. Psicodrama e vitalismo: memória de uma Instalação Spinoza no México.	177
<i>David Ordaz Bulos</i>	

Apresentação

A PALAVRA “INSURGENTE” TEM em sua etimologia o sentido de “levantar-se sobre, elevar-se; levantar-se contra”, segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Seu contrário, informa o dicionário, é “acalmar” e “aceitar”.

A origem do psicodrama, segundo o próprio J. L. Moreno, é insurgente. O movimento do teatro espontâneo em Viena e os trabalhos com aqueles e aquelas que estavam à margem da sociedade fazem parte da história do psicodrama. Com o passar do tempo, já nos Estados Unidos, percebe-se certa “calma” e até aceitação dos valores vigentes, especialmente no processo de aclimação aos pressupostos do chamado liberalismo americano. Uma calmaria que mantém os poderes históricos, muitas vezes fundidos por violências de diversas formas.

Não parece ser muito diferente de outras insurgências: um início disruptivo e uma crescente adaptação, cooptação, transformação em produto e inevitável mercantilização. O processo pode durar anos ou séculos, pelo que nos conta a história. Nesse sentido, a crítica é fundamental para repensar tais fluxos.

A contemporaneidade vive um momento no qual o pensamento extremista de direita visa à tomada de poder em muitos países, tentando esvaziar por dentro as instituições democráticas. Os resultados dos extremismos em outros momentos e em diversos países foram desastrosos para a humanidade.

A chamada “polarização” brasileira estica a corda para um extremo, o da direita, indicando uma nítida busca do caos. O

processo não parece ser outro senão a implantação de uma ditadura na qual os valores da supremacia branca, do patriarcado, da violência contra pobres, mulheres e minorias de modo geral são entendidos como “saída”.

Não é preciso ser progressista para compreender o disparate das soluções que no Brasil se repetem desde a colonização. Os textos que o leitor tem em mãos, com toda certeza, levam em conta a realidade brasileira, mas indicam saídas teóricas e práticas bastante criativas.

Cada texto atravessa teorias, práticas e diferentes territórios, reconhecendo em carne viva realidades brasileiras contemporâneas e históricas. Desde o ensaio de Pedro Oliveira, cada texto trilha densos caminhos que contam sobre um psicodrama que vive pelos subsolos, ou melhor, que faz da terra em que pisamos nosso modo de viver, fazer, pensar e transformar.

Em seguida, passamos pelo conceito de deriva e pelos sentidos aguçados de Ana Paula C. Scagliarini e Ana Paula de Freitas, a provocação de Yan Leite Chaparro, a crítica de Daniel Russell Oliveira, o posicionamento histórico e contemporâneo de Maria Célia Malaquias, a procura por novos caminhos de Mariana Tonnelli e Maria Inês Gandolfo Conceição, a sensibilidade crítica de Devanir Merengué e o olhar atento e definitivo de Êrico Vieira.

Ao final, encontramos as reflexões teóricas e críticas de Luiza Maria Soares Barros, a prática transformadora de Alcione Ribeiro Dias e Socorro Andrade de Lima Pompilio, a atenção múltipla de Laura de Souza Zingra Vomero, e a experiência potente de David Ordaz Bulos.

Assim, confeccionamos psicodramas múltiplos e insurgentes, que se encontram como projeto afetivo e transformador, pensamos e fazemos o psicodrama de dentro para fora e de fora para dentro.

De várias formas, o objetivo do projeto se aproxima da ação revolucionária moreniana, que tanto fez e faz sacudir estruturas coercitivas e reacionárias; mas, para a revolução acontecer e não

esfriar, a crítica deve sempre caminhar junto, produzindo novas maneiras de pensar e fazer o psicodrama, ainda mais quando pensamos no Brasil e na América Latina.

Esperamos que os ensaios deste livro possam provocar novas e diversas perguntas e ações. E que sejam suaves, pesadas, coloridas e resistentes para com as violências que parecem não ter fim, violências que acontecem nos campos dramático, grupal e social, e que precisamos atravessar para a produção de novos mundos; pois, de alguma forma, Jacob Levy Moreno buscou com o psicodrama a produção, a construção e a confecção de novos mundos.

OS ORGANIZADORES

1. A trama do cárcere brasileiro em um psicodrama crítico

Pedro Oliveira

*Cada detento uma mãe, uma crença
Cada crime uma sentença
Cada sentença um motivo, uma história de lágrima
Sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio
Sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo
Misture bem essa química
Pronto, eis um novo detento
Racionais MC's, "Diário de um detento"*

ENTRE PORTÕES DE AÇO reforçados, grandes muralhas e torres de observação, ficam guardados os chamados criminosos, privados de liberdade. Locais historicamente violentos e hostis, os presídios são instituições de punição caracterizadas por um tensionamento interno entre policiais penais e presos, que convivem em constante negociação.

A brincadeira popular conhecida como “polícia e ladrão” simula o conflito entre dois papéis que, no universo lúdico, disputam a vida em um confronto armado. Em filmes, séries, novelas e livros, a trama serve também como entretenimento para pessoas adultas, enquanto jornais, revistas e noticiários destacam roubos, tráfico, perseguições e outras ocorrências policiais, ocupando lugar central na agenda das grandes mídias.

O conflito entre criminalidade e repressão é frequentemente apresentado como um dos grandes dilemas da sociedade brasileira, porém o debate público costuma se limitar a visões estigmatizadas sobre os sujeitos envolvidos e interpretações rasas da

nossa realidade sócio-histórica. Em um cenário de polarização política, observa-se a crescente criminalização das expressões artístico-culturais periféricas, reforçando estigmas que associam tais produções ao universo do crime.

A criminalização dessas expressões não é um fenômeno inédito e configura uma estratégia consolidada do Estado brasileiro. Exemplos disso incluem a perseguição à capoeira e às chamadas práticas de “vadiagem” no período posterior à abolição da escravidão. Tais mecanismos funcionaram e continuam funcionando como dispositivos de exclusão de corpos negros.

Nesse contexto, a marginalização desses corpos vai além da repressão direta, operando como instrumento de controle. No caso da “lei da vadiagem”, a legislação define quais vidas seriam valorizadas ou consideradas ameaças, estabelecendo critérios a respeito do que é “aceitável” ou “criminoso” diante da inserção ou não no mercado de trabalho.

A lei produziu uma associação entre pobreza, ociosidade e perigo social, e foi utilizada para justificar a criminalização dos que não se enquadravam no modelo de trabalho assalariado, punindo não um ato específico, mas uma condição social (Carvalho, 2006). Dessa forma, a miséria e a exclusão social passam a ser interpretadas como falhas individuais, em vez de produtos das estruturas econômicas e sociais que as geram e sustentam.

O massacre no Complexo da Penha, ocorrido em outubro de 2025 e que resultou em mais de cem mortes, evidencia como o debate continua extremamente atual. O episódio dividiu o país entre aqueles que exaltam a ação policial, classificando os agentes como “heróis” e legitimando a intervenção estatal, e aqueles que a repudiam, reconhecendo que tais operações apresentam forte dimensão midiática e estão longe de enfrentar as raízes estruturais do problema.

O conceito de necropolítica, proposto por Mbembe (2018), ajuda a compreender como o Estado brasileiro decide quem pode viver plenamente e quem está exposto à morte. A política

de poder não se manifesta apenas na ação direta da polícia, mas na ausência de condições mínimas de sobrevivência, na precarização de direitos sociais e na legitimação da morte de determinados grupos.

Em outras palavras, o controle da vida se transforma em instrumento de dominação: corpos racializados e periféricos, historicamente marginalizados, são tratados como descartáveis ou como ameaças à ordem social. A necropolítica, portanto, não é apenas violência física, mas também simbólica e estrutural, e articula repressão, exclusão social e desigualdade econômica para manter a lógica de poder vigente.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022), o Brasil dispõe de 442.349 vagas penitenciárias, mas abriga mais de 748 mil pessoas, configurando superlotação e a terceira maior população carcerária do mundo, sendo que 68,2% são pessoas negras, o que evidencia desigualdades raciais estruturais. Dados de 2022, produzidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, mostram ainda que 42,5% das pessoas que passaram pelo sistema entre 2010 e 2021 retornaram a ele, indicando que o encarceramento não reduz a criminalidade e pode até reforçar práticas infracionais.

O regime de escravidão durou quase quatro séculos, e a desigualdade racial no país reflete um longo período que sustentou a economia nacional. A presença majoritária de pessoas negras nos presídios, em contraste com a predominância de pessoas brancas nas universidades, evidencia um padrão de exclusão sistemática, definido como racismo estrutural (Carneiro, 2023).

Os efeitos das violências sistêmicas não se limitam às estruturas sociais e materiais; eles atravessam também o campo psíquico, afetando subjetividades, comportamentos e formas de perceber o mundo. Como observa Fanon (1952), a colonização produz efeitos duradouros, atravessando gerações e interiorizando relações